

CAFÉ E ECONOMIA BRASILEIRA DA ASCENSÃO À EXTINÇÃO DO CICLO DO CAFÉ

Caio Giusti Bianchi

RESUMO

O Brasil sempre foi composto por um território repleto de riquezas naturais. Essa dádiva natural foi o alicerce para que os mais diversos governos se apoiassem durante o desenvolvimento de uma estrutura econômica promissora. Nossa economia passou por uma série de ciclos econômicos, como a remessa de metais preciosos para a metrópole na época colonial, a cana-de-açúcar que fortaleceu o nordeste com sua influência econômica e finalmente o café: considerado o produto-chave para o desenvolvimento da economia brasileira durante décadas, responsável tanto pela formulação de políticas, estrutura da administração governamental como pela modernização da indústria. A pesquisa apresentada procura analisar o contexto político e econômico em que o ciclo do café se deu, entendendo assim o cenário de influência mútua entre a elite agrária, a política brasileira e a produção cafeeira, destacando em quais pontos elas se cruzam e quão importante uma foi para o desenvolvimento e manutenção da outra.

Palavras-chave: ciclos econômicos brasileiros; ciclo do café; commodities; elite cafeeira; política do café com leite;

1. INTRODUÇÃO

Uma visão comum por entre a academia é observar o desenvolvimento da economia de um país de acordo com “ondas” ou “ciclos”. O Brasil, dada sua peculiar colonização, administração política e desenvolvimento econômico, passou por um longo modelo de desenvolvimento galgado em *commodities*, dentre eles o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o café.

Com o foco no último produto apresentado anteriormente, o objetivo deste artigo é analisar o ciclo do café desde sua formação até sua extinção. Com isso, faz-se necessária uma longa regressão histórica, realizando uma trajetória por entre os altos e baixos, as políticas indexadas à proteção do produto primário exportador e principalmente sua influência na formação política brasileira, levando o leitor até a crise do ciclo em mil novecentos e trinta, onde os cenários político e econômico do Brasil mudaram completamente de rumo.

Os autores pesquisados e destacados para a realização da presente análise tangem inúmeras áreas, procurando assim levantar argumentos mais completos e concluir uma reflexão satisfatória sobre a trajetória do café em terras tupiniquins.

Respeitando a legitimidade histórica, citações e ideais de políticos da época foram amplamente utilizadas, como Campos Sales, Visconde de Ouro Preto e Delfim Netto. Trazendo à égide renomados autores *mainstream*, podem-se citar Werner Baer na economia, Amado Cervo, Clodoaldo Bueno e Celso Furtado na área histórico-econômica e Eric Hobsbawm com sua literatura com um escopo abrangente.

Após a descrição de todos os períodos, situações políticas, interações domésticas e internacionais, relação governo e sociedade, e principalmente produção e economia, um mapeamento de todos os anos da importante presença do café na economia brasileira pode ser realizado, mostrando assim quais foram suas contribuições durante sua ‘vigência’ – e principalmente – qual foi sua influência para a continuidade do desenvolvimento da economia brasileira.

2. REGRESSÃO HISTÓRICA

O período histórico de nove anos, entre o retorno de D. Pedro I para Portugal e a declaração de maioridade de D. Pedro II (Período Regencial, 1831 a 1840), além de ter trazido grandes avanços para a política brasileira – como uma maior influência do Parlamento nas decisões de política externa –, também preparou o governo para o que seria uma fase de grandes passos a serem dados: a afirmação do Estado como independente perante o Sistema Internacional, denominada por Cervo (2002) como resultado de uma política externa, por um lado, enérgica em seus meios, porém independente em seus fins.

No então denominado Segundo Reinado (1840 a 1889), perante um grande amadurecimento institucional e conciliação partidária em questões estratégicas, Cervo (2002) divide a base da política externa brasileira em quatro táticas que resumem o programa político-econômico do período. No intuito de não desviar o foco da pesquisa aqui produzida, somente será explorada uma das táticas: a da **política comercial autônoma**, lembrando que as questões de mão de obra externa, sustentação de posses territoriais e a astuta interferência no subsistema platino não deixam de ser grandes pilares políticos no período.

Dentro do conceito de política comercial autônoma destaca-se um projeto criado pelo governo – sem demanda popular –, considerado um ‘ensaio de industrialização’: o Projeto de 1844. O projeto em questão foi baseado em ideais autonomistas e pensamentos industrialistas bem ilustrados por Baer (2003, p.59), “[onde a indústria é] o principal setor de crescimento da economia e que gera mudanças estruturais pronunciadas”, tendo seu início no decreto da Lei Alves Branco, do Ministro da Fazenda à época, que elevou as taxas de importação e fez com que um rápido processo de protecionismo ocorresse no Brasil.

A elevação nas taxas de importação e os incentivos fiscais a uma série de setores da economia fizeram com que uma figura importante na nossa história surgisse: o Barão de Mauá (CALDEIRA, 1995). Responsável pela tentativa de industrialização brasileira, Mauá foi capaz de trazer grandes benefícios em infraestrutura e relações econômicas internacionais – como a construção de ferrovias e atração de investimentos britânicos –, mas a tentativa de forjar a indústria brasileira foi rapidamente substituída, apenas seis anos após seu primeiro passo, devido à falta de iniciativa privada e empreendedorismo em grande escala por parte da sociedade brasileira (CERVO, 2000).

Com uma balança de pagamentos desfavorável durante o Projeto de 1844 (MOLLO, 1994) e uma elite agrária conservadora, o panorama industrial estabelecido anos antes sucumbiu rapidamente a o que se tornaria um ícone na economia: o café. As exportações na época revertiram a situação comercial brasileira, fazendo com que o governo se mantivesse em uma posição confortável, onde a oligarquia cafeeira escravocrata transformou o café no produto mais importante da economia, comandando a política até 1930 e posteriormente sendo um produto essencial para a balança de exportações até meados de 1950 (CERVO, 2000).

3. CAFÉ

A discussão a ser levantada neste capítulo é guiada pela seguinte questão: por que o café se tornou o produto brasileiro de maior importância? Segundo uma análise dos relatos de Celso Furtado (2000), Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), podem-se listar cinco fatores que somados resultam no sucesso cafeeiro.

O primeiro fator foi explorado anteriormente, onde o interesse e os padrões da elite agricultora brasileira foram os grandes propulsores da econômica cafeeira no Brasil, fazendo com que tal elite fosse capaz de ascender financeira e politicamente.

Em um segundo ponto há a questão de que o café, por ser um produto que requer maior tempo entre o plantio e a colheita, demandava grandes volumes de capital inicial na forma de investimento. O capital necessário foi adquirido de duas maneiras: das riquezas provenientes do setor mercantil e principalmente de financiamentos por comissários, fazendo com que o café se tornasse um grande alvo para investidores, dado o seu sucesso comercial (CERTO et BUENO, 2002).

O terceiro grande incentivo cafeeiro foi a estrutura de trabalho escravista na época, fazendo com que os custos produtivos caíssem. O raciocínio construído por Celso Furtado mostra que, mesmo com a abolição da escravidão, não houve grandes mudanças ou prejuízos que comprometessem o setor cafeeiro, somente o deslocamento da mão de obra das minas de ouro e uma redistribuição de renda:

[...] a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de 'necessidades', cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO, 2000 p. 145)

O último, porém não menos importante fator é a alta demanda do produto no mercado europeu, que gerou um grande e fiel mercado importador, além da prospecção brasileira de que, se o consumo de café fosse popularizado – tanto no Brasil como na Europa –, haveria uma demanda suficientemente alta para equilibrar a oferta (FURTADO, 2000).

Celso Furtado então define que a combinação do interesse político, terra, capital, trabalho e demanda fez com que o café fosse responsável por comandar econômica e politicamente um longo período no Brasil, principalmente no sudeste onde o clima era mais propício para o cultivo do café e a rápida expansão trouxe uma concentração abundante de mão de obra após a abolição (FURTADO, 2000).

4. REPÚBLICA OLIGÁRQUICA E POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE

A força cafeeira no sudeste também explica a origem de um termo que é conhecido até hoje como uma das práticas que mais moldaram a política no Brasil. O 'café com leite' advém da fortíssima influência de duas grandes oligarquias estaduais brasileiras: São Paulo com o café e Minas Gerais com o leite, descrevendo de uma maneira simples a estrutura política da República Velha. Cada oligarquia da aliança rural era responsável por um mandato da presidência da República, ora paulista, ora mineiro (MARTINS FILHO, 1981).

A política do café com leite ocupa um período importante para o Brasil, que inclusive trouxe mudanças que se pode observar até hoje na política. Dada a importância do período, cabe aqui explicar rapidamente sobre as manobras políticas que geraram sua criação, os motivadores de adesão das grandes oligarquias regionais no Brasil e também as consequências das mudanças para a estrutura do governo brasileiro.

"Digam ao povo que a República está feita."

Manoel Deodoro da Fonseca, proclamador da república e primeiro presidente do Brasil

Foi com essa frase que uma série de mudanças inesperadas começou a acontecer no Brasil. Por já existir uma vasta literatura a respeito da história brasileira, as mudanças do período não

serão aprofundadas neste capítulo, somente as informações necessárias para a contextualização da formação da política do café com leite.

O período entre 1889 e 1930 foi marcado pela já citada política do café com leite, que é originária de um pacto entre as oligarquias paulista e mineira, a fim de contornar uma manobra inexperiente do governo de Marechal Deodoro (1889 a 1891) (NEY, 2004).

Com o golpe militar no dia 15 de novembro de 1889, Dom Pedro II, até então imperador do Brasil, foi deposto e a República Federativa do Brasil foi proclamada, dando início à fase da República Velha – ou República Oligárquica, como alguns autores preferem nomear. Grandes características norteadoras do período podem ser destacadas, como o presidencialismo, o federalismo e as eleições diretas para cargos públicos (FURTADO, 2000).

Como cita Visconde de Ouro Preto (1986) em sua obra, com a queda do já idoso imperador o governo brasileiro foi dominado por militares e também uma elite, que se tornariam os grandes dirigentes do país: as oligarquias paulistas. Na época observa-se uma relação muito estreita entre os responsáveis por governar o país e os cafeicultores paulistas, onde ambos se apoiavam para se manterem no poder, fazendo uso inclusive do tão conhecido *voto de cabresto* por parte dos coronéis regionais.

O voto de cabresto fazia parte de um pacto chamado Política dos Governadores – sendo a precursora da política do café com leite segundo alguns autores –, onde o governo federal apoiava os governos estaduais em quaisquer assuntos e em troca os coronéis dos estados manipulavam a população a fim de inibir a influência da oposição em momentos eleitorais (JANNOTTI, 1992).

As consequências do Encilhamento⁸, a abertura do crédito e a alta quantidade de papel moeda emitido no país gerou um grave processo inflacionário que afetou drasticamente a economia, inclusive afetando a produção cafeeira (NEY, 2004).

Com uma situação alarmante no país, o então presidente Campos Sales (1898 a 1902) se depara com a oportunidade de um *funding loan*⁹ de bancos londrinos, a fim de tentar salvar a economia brasileira. Para realizar tal manobra, o presidente paulista buscou apoio da oligarquia mineira, que além de um grande poder econômico – devido à produção de leite – também era detentora de uma importante bancada na Assembléia. Tendo a proposta a resolver, o governo estadual de Minas Gerais aceitou apoiar o presidente paulista em troca de uma alternância no poder, ambos assim usufruindo das vantagens econômicas, estabilizando temporariamente a economia e dando início à política do café com leite (CAMPOS SALES, 1998).

Após um período de inúmeras alternâncias de poder entre as oligarquias paulista e mineira, mais uma série de mudanças econômicas e políticas aconteceriam no Brasil por volta de 1930. A última consideração a ser dada a respeito das consequências da política do café com leite é acerca da força do federalismo no final da República Oligárquica, descrita na obra de Fernando Luiz Abrucio (1998).

⁸ Bolha de especulação devido a uma série de políticas econômicas em curto prazo para forjar a industrialização brasileira (NEY, 2004)

⁹ Empréstimo, financiamento.

5. EXTINÇÃO DO CICLO DO CAFÉ

Antes de iniciar um capítulo descrevendo e analisando a correlação entre o café brasileiro e a crise econômica que percorreu a década de 1920, faz-se necessário um esclarecimento acerca dos anos envolvidos na redação.

Se pesquisada em uma literatura simplista e didática (PEREIRA, 2006; GAZIER, 2008), o ano de mil novecentos de vinte e nove dominaria uma grande parcela de suas páginas, por ser o ano onde a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque aconteceu. Se um aprofundamento científico analítico for realizado sobre o assunto (BRENER, 1996; HOBSBAWM, 1996; FRITSCH, 1993), a crise supracitada foi somente o momento de ruptura de um arranjo econômico deficitário durante anos.

A instabilidade do café teve seu início anos antes da realização do Convênio de Taubaté, durante o governo de Rodrigues Alves (1902 a 1906), onde é considerada por Edgard Carone (1969) uma maneira de adiar o inadiável: a quebra do ciclo do café. Tomando como ponto de partida não somente 1929, mas sim todos os desdobramentos que geraram um desgaste do sistema econômico em que o Brasil se encontrava, é possível realizar uma análise mais completa e minuciosa sobre os últimos momentos de prosperidade de um produto que foi de suma importância para o nosso país (FURTADO, 2000).

5.1. Venceslau Brás e o Início do Desequilíbrio

O sistema, portanto, por maior que fosse o seu bom êxito e em curto prazo, continha em si mesmo a contradição que o acabaria liquidando. [...] pois em breve haveria uma superprodução incontrolável [do café] e seria impossível repetir-se a operação com êxito. (Delfim Netto sobre as constantes medidas paternalistas acerca do café, 1959 p.111)

Após o governo brasileiro passar anos na alternância de poder entre as oligarquias mineiras e paulistas, e tendo o café como grande propulsor da economia, nas primeiras décadas do século XX o ordenamento global como era conhecido começa a apontar sinais de desequilíbrio, tanto econômico como político – características essas que influenciarão no destino econômico do Brasil.

A grande imagem centralizadora do mundo à época era o continente europeu. As grandes potências do período se encontravam neste espaço geográfico – inclusive Portugal e Inglaterra, de suma relevância para o Brasil ao longo da história. Por serem os países mais influentes do mundo, com uma série de desavenças ao longo do tempo como a questão da partilha da África, dilema de segurança¹⁰ e a concorrência econômica, a relação entre tais atores começou a ficar abalada, afetando todos os países do mundo (HERZ, 1950).

O ápice das desavenças culminou na primeira Grande Guerra (1914 a 1918), onde as grandes potências mundiais travaram conflitos armados e compactuaram alianças estratégicas que mudariam a dinâmica mundial. Pela entrada da aliança entre o Império Britânico, França, Império Russo e posteriormente Estados Unidos contra a coligação entre Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano, a situação europeia se encontrava em extrema instabilidade, momento oportuno onde os Estados Unidos da América traçaram seu caminho para o crescimento (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

¹⁰ Concepção estrutural onde os Estados têm que, sozinhos, obter meios necessários para sua própria segurança, elevando assim o nível de insegurança dos outros Estados. (HERZ, 1950)

Os Estados Unidos da América tiveram uma alavancagem em sua produção e economia como grande fornecedor de suprimentos para os países europeus que estavam preocupados única e somente com a violência organizada e armada. Pelo viés latino americano, o Brasil, que mantinha suas elevadas taxas de exportação de café e dependiam deste produto para o desenvolvimento de sua economia – que chegaram a representar 70% das exportações brasileiras na década de 1920 –, se depararam com uma situação inesperada: a queda do fluxo de demanda europeia por conta da guerra (FRITSCH, 1993).

No momento em que há uma baixa no preço do café pelo excesso de oferta e escassez de demanda, o governo então regido pelo mineiro Venceslau Brás Pereira Gomes (1914 a 1918) adquire mais uma vez uma imagem paternalista: elaborar medidas de defesa do café – como a compra e queima de milhões de sacas –, a fim de valorizá-lo e evitar a quebra das oligarquias mais fortes do país (FRITSCH, 1993).

5.2. Epitácio Pessoa e a Recessão Europeia

Pelos fatores a seguir apresentados serem influenciados pelos vieses internacionais e domésticos, um paralelo geográfico e temporal se faz necessário. Por um lado há as consequências para o Brasil por conta do fim da Grande Guerra, e por outro a mudança de governantes brasileiros e suas atitudes para estabilização do café. Três grandes atores serão simplificados nesta análise: o Brasil, os Estados Unidos da América e a Europa – considerada o conjunto das grandes potências da época.

Em meados de 1918 o conflito europeu é amenizado, afastando o Sistema Internacional do estado de alerta que ficara durante anos. Com o final da Grande Guerra, a Europa passou a adquirir um papel protecionista e recessivo, com o objetivo de reestruturar suas economias e estabilizar novamente seu câmbio. Concomitante com a recessão europeia, os Estados Unidos da América, que se encontrava em uma vertiginosa expansão produtiva – que inclusive gerou o conceito ‘*american way of life*’¹¹ –, perderam sua essência estável e iniciou-se então um processo de superprodução em sua economia (ARTHMAN, 2002).

Um dos grandes medos que assolaram a Europa na época foi o do desemprego. O argumento especulativo do desemprego que também foi impresso no governo de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1919 a 1922) – e com argumentos falhos, segundo a pesquisa de Fritsch – fez com que uma manobra desesperada fosse tomada no Brasil: uma forte política econômica expansionista, onde o governo passou a liberar créditos demasiadamente altos e iniciar uma série de projetos infraestruturais (FRITSCH, 1993).

Observam-se então três situações acontecendo concomitantemente ao redor do globo: a superprodução americana, a recessão européia e o expansionismo brasileiro. O projeto expansionista, que continha em seus relatórios quantias exorbitantes de investimento, não contava com a inversão do preço das *commodities*¹² ao redor do mundo, fato este que afetou diretamente o pilar da economia brasileira: o café (FRITSCH, 1993).

O desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira devido à ausência de investidores estrangeiros e a queda do preço do café fizeram com que o Brasil adotasse medidas regularizadoras,

¹¹ *Ethos* comportamental nacionalista e consumista difundido na sociedade americana, que vigora até os dias de hoje.

¹² Produtos em estado bruto, com baixo valor agregado e com grande importância comercial.

emitindo assim altos fluxos de moeda e colocando títulos da dívida pública no mercado – financiando seu déficit – ao mesmo tempo em que eram estipuladas medidas de defesa do café. Ao final do governo de Epitácio, no ano de 1922, o cenário de negatividade do balanço de pagamentos é revertido por conta das decisões de financiamento do déficit, mas por outro lado o setor fiscal brasileiro se encontra desequilibrado (FRITSCH, 1993).

5.3. Artur Bernardes e o Fim do Café com Leite

A entrada de um presidente mineiro a seguir marcou o fim de uma era organizacional que regeu durante décadas o governo brasileiro. Subindo ao poder Artur da Silva Bernardes (1922 a 1926), juntamente com uma série de elitistas paulistas, duas importantes decisões seriam tomadas, tendo esta passagem um viés extremamente doméstico e com pouco enfoque no internacional.

No mandato anterior, apesar da demanda do café estar em baixa, sua produção foi mantida nos mesmos níveis devido às decisões de defesa tomadas na época, causando assim uma crescente bolha financeira. Com a entrada de elitistas paulistas no governo, as medidas de defesa do café foram catalisadas, onde a imagem congênita paternalista do Brasil raramente trouxe bons frutos relevantes para o país – não sendo diferente neste momento (DELFINO NETTO, 1971).

Por não haver outra maneira de cortar a explosão da bolha financeira que havia sido criada, o governo decide ser o grande comprador de café brasileiro. O Banco Central do Brasil, demonstrando traços de falta de independência desde o século XX, virou o grande financiador do governo, possibilitando assim a compra e o estoque de todas as safras excessivas produzidas, para equilibrar o preço do produto e evitar uma crise econômica no país (FRITSCH, 1993).

Apesar da intenção acolhedora do governo ter uma conotação solidarista e pouco liberal, o Brasil por si só não foi capaz de manter o altíssimo investimento que estava sendo realizado, tendo assim que se voltar para sua grande aliada e exploradora há anos: a Inglaterra. Assim como na época do Encilhamento, o Brasil se encontrava em um beco financeiro sem saída, onde sua única opção era pedir financiamento britânico para manter suas medidas paternalistas¹³ (FURTADO, 2000).

No ano de 1924 a Inglaterra – como a Europa em geral – já estava próxima à completa restauração de suas engrenagens econômicas, fiscais e cambiais, possibilitando assim a concessão do empréstimo para o Brasil, mas com uma condição: que a tal política permanente de defesa do café fosse extinta. O presidente mineiro Artur Bernardes se viu em uma encruzilhada: enfrentar os graves problemas da economia brasileira ao recusar a condição britânica ou entrar em confronto com as oligarquias paulistas e seus interesses vitalícios no café. Em uma atitude plenipotenciária, Bernardes aceita a oferta da Inglaterra e mantém o equilíbrio – mesmo que artificial – da produção cafeeira no Brasil, em detrimento de uma alta fragilização do acordo entre paulistas e mineiros devido à eliminação da defesa do café. A até então conhecida política do café com leite deu seus últimos suspiros, juntamente com a política dos governadores, no momento em que o presidente expulsa todos os altos cargos paulistas da máquina do Estado e prioriza não mais um acordo interestadual, mas sim a saúde da economia brasileira – relato este afastado de uma conotação heróica e lúdica (FAUSTO, 1989).

¹³ Vide passagens supracitadas na presente análise

5.4. Washington Luis e a Ruptura Econômica

O senso de responsabilidade da comunidade financeira pela comunidade em geral é bem menor do que se pensa. É quase nulo. [...] Numa comunidade em que a preocupação fundamental é fazer dinheiro, uma das regras necessárias é viver e deixar viver. (GALBRAITH, 1972 p.245)

A aproximação da próxima fase de mudanças da influência do café na economia brasileira tem início na passagem do governo de Artur Bernardes para o governo de Washington Luis Pereira de Sousa (1926 a 1930), período onde inúmeras outras mudanças aconteceriam na economia mundial (FURTADO, 2000).

Durante o início de seu governo, os grandes atores relevantes no cenário internacional se encontravam em outro panorama: os Estados Unidos mantinham sua superprodução e a implosão de uma bolha especulativa estava prestes a acontecer, enquanto a Europa estava praticamente reconstruída e voltando a seus índices anteriores de industrialização e comércio – para o alívio dos cafeicultores brasileiros –, e o Brasil encarando uma fase de equilíbrio na sua economia (GALBRAITH, 1972).

O período de equilíbrio não durou muito, pois devido à superprodução industrial americana – acontecimento semelhante à superprodução agrícola brasileira – a estocagem dos produtos deixou de ser uma alternativa a ser considerada, iniciando uma crise industrial. O início de todo o caos da tão falada Grande Depressão se deu por conta da especulação de queda do valor das ações dessas indústrias na Bolsa de Valores de Nova Iorque, onde milhões de americanos que tinham investimentos correram para vendê-los (GALBRAITH, 1972).

A crise especulativa que gerou a quebra da maior bolsa de valores do mundo afetou todos os países economicamente ativos, principalmente o Brasil que dependia relevantemente da exportação de café para os Estados Unidos da América. Iniciou-se então mais um movimento de desvalorização monetária e queda de demanda do café brasileiro, desta vez controlados por uma atitude simbólica e efetiva do governo, que consistiu em não mais comprar e estocar as safras, mas sim queimá-las. A medida tomada pelo governo brasileiro manteve o preço do café e compensou a queda de exportação, mas ao mesmo tempo aumentou a dívida externa brasileira e manteve o padrão paternalista do governo (FURTADO, 2000).

Apesar da crise de 1929 ter afetado de uma maneira alarmante a economia estadunidense e de todos os países que com ela mantinham relação, no governo de Franklin Roosevelt (1933 a 1945) foi elaborado e colocado em prática um conjunto de táticas chamado *New Deal*, fazendo um austero controle de preços e das indústrias americanas. Com o sucesso do plano de Roosevelt a economia americana, em menos de dez anos, controlou sua inflação com primazia e equilibrou seus balanços, trazendo de volta um cenário de equilíbrio econômico ao redor do globo (WINKLER, 2009).

6. O EPÍTOME DO CICLO DO CAFÉ

Ao analisar a influência do café durante o desenvolvimento do Brasil ao longo de décadas, é indiscutível sua importância para a economia brasileira, passando desde o golpe da maioridade (CERVO, 2002), o Projeto de 1844 (MOLLO, 1994), a política do café com leite (MARTINS FILHO, 1981), a proclamação da república (OURO PRETO, 1986) e as primeiras complicações financeiras com o Encilhamento (NEY, 2004) até os momentos mais conturbados e de desequilíbrio, como sua desvalorização constante durante um curto espaço de tempo (DELFIM NETTO, 1971; FRITSCH, 1993), o fim das políticas oligárquicas (FAUSTO,

1989), a primeira Grande Guerra (HOBSBAWM, 1996) e por fim a Grande Depressão (GALBRAITH, 1972).

A partir dos pontos destacados e a interação entre o café e o governo brasileiro, é possível realizar uma balança deste período de suma importância. Com um conjunto de fatores responsável pela alavancagem do ciclo do café no século XIX, Celso Furtado (2000) cita-os em sua obra: o interesse político, terra, capital, trabalho e demanda.

Responsável por mudanças de extrema relevância para o Brasil, o café influenciou não somente as exportações brasileiras e ajudou no equilíbrio da balança comercial, mas comandou o desenho político durante décadas. A participação do café na balança brasileira alcançou durante a década de mil novecentos e altíssimos níveis de participação nas exportações, exemplificando assim quão importante era sua presença para o desenvolvimento do nosso país varonil.

Uma das contribuições de maior relevância para o país, e que se perpetuou trazendo benefícios para as próximas gerações, é o incontestável desenvolvimento da infraestrutura brasileira. Com o objetivo primário de atender a oferta e demanda da produção cafeeira principalmente no interior de São Paulo, a expansão dos caminhos de ferro entre os estados e a modernização de portos acompanhou o crescimento do café no Brasil, facilitando assim o processo logístico e a efetividade do sistema exportador cafeeiro.

Já no âmbito político os feitos do café são abundantes, desde o recebimento de mão de obra antes escrava, desenvolvimento tecnológico das regiões sul e sudeste e a criação da política do café com leite – que inclusive leva seu nome –, chegando na sua última grande influência no ano de 1930, onde uma grande revolução política tomou conta do Brasil e deu início a uma nova fase da indústria brasileira.

Graças ao patamar de primeiro produto de exportação controlado exclusivamente por tupiniquins, a contribuição mais relevante do café para o futuro do país foi o aproveitamento de seus excedentes financeiros para forjar – desta vez com sucesso – a industrialização brasileira, havendo agora no Brasil atividades comerciais, estruturais e regiões maduras o suficiente para a efetiva recepção e desenvolvimento das indústrias.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação: os Governadores e a Redemocratização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARTHMAR, Rogério. Os Estados Unidos e a economia mundial no Pós-Primeira Guerra. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 29, 2002.

BAER, Werner: **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003.

BRENER, Jayme. **1929: a crise que mudou o mundo**. São Paulo: Ática, 1996.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. **Da Propaganda à Presidência**. Brasília: Editora Senado Federal, 1998.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. **Manifestos e Mensagens**. São Paulo: Editora Fundap, 2007.

- CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- FAUSTO, B. **Expansão do café e política cafeeira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Revista Estudos Históricos**. v. 6, n. 11, p. 6-8, 1993.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2000.
- GALBRAITH, K. **O Colapso da Bolsa de 1929**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. São Paulo: Editora L&PM, 2008.
- HERZ, John. Idealist Internationalism and Security Dilemma. **World Politics**. v. 2, n. 2, p.157-180, 1950.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – História do século XX**. Liaboa: Editorial Presença, 1996.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo**. Coleção Tudo é Histórica. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**. São Paulo: Pearson, 2010.
- LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- MARTINS FILHO, Amílcar. **A economia política do café com leite (1900-1930)**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.
- MOLLO, Maria. As Controvérsias Monetárias do Século XIX. **Ensaio FEE**, Porto Alegre. v. 15. n. 1, p. 80-97,1994.
- MORAES, Nilson. **A Economia Cafeeira**. Disponível em <<http://www.nilsonmoraes.pro.br/nut/Nut-Eco-1pdf.pdf>>. Acesso em: 04 out 2011.
- DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: FEA-USP. 1959.
- DELFIN NETTO, Antônio. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1971.
- NEY, Carvalho. **O Encilhamento: anatomia de uma bolha brasileira**. São Paulo: Bovespa, 2004.
- OURO PRETO, Visconde de. **A década republicana**. Brasília: Editora UNB, 1986.
- PEREIRA, Wagner. **24 de outubro de 1929**. São Paulo: IBEP Nacional, 2006.
- PRADO, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo Editora Brasiliense, 1980.
- SALLES, Manuel Ferraz de Campos. **Manifestos e Mensagens**. São Paulo: Fundap, 2007.
- SILVA, Hélio. **A República não esperou o amanhecer**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

VISCARDI, Cláudia M. R. **O Teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WINKLER, Allan. **The New Deal** - Accomplishments and Failures. Washington: U.S. Senate Committee on Banking, 2009